

NÓS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Nietta Lindenberg Monte

Paper apresentado no seminário de educação escolar indígena do Centro Mari-
Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo-USP- em 26 maio de 1999

“ Sem dúvida, a mudança educativa em uma sociedade precisa reverter o fracasso financeiro, institucional e científico da escola (Bayet, citado em Lesourne 1993) mediante um trabalhoso e frágil processo de abertura e negociações políticas, um amplíssimo contexto de participação, muitas investigações diagnósticas, oferta coerente de formação docente, novo materiais didáticos, novas propostas curriculares e estratégias eficientes para desencadear as mudanças” (Munoz, Hector, 1998)

Gostaria de compartilhar aqui algumas inquietações que re-orientam, pós-RCNEI, minha vivência atual como representante das Ongs no MEC e como parte de uma geração de intelectuais, educadores e cidadãos envolvido em ações publicas de Educação Intercultural Bilingüe nos últimos 20 anos, pelo menos.

E é deste lugar que constatei os seguintes pontos para nossa discussão no dia de hoje, nenhum deles com poder de novidade, mas certamente apontando alguns denominadores comuns a nossas diversas realidades e idiosincrasias de forma a possibilitar o diálogo.

Mudanças importantes se produziram no Brasil com nossa propositiva interveniência e a partir do estabelecimento de um certo circuito comunicativo entre sociedade e Estado. Deste dialogo, ou das práticas comunicativas estabelecidas nos últimos anos, entre nós mesmos como intelectuais, com as sociedades indígenas, com os poderes legislativo, executivo, foi possível a criação de um discurso pró índio expresso em termos educacionais e culturais num conjunto de idéias resumidas na expressão- Educação Intercultural e Bilingüe, EIB, e de novos parâmetros jurídicos e institucionais como a Constituição Federal Brasileira, Lei de Diretrizes e Bases, Plano Nacional de Educação, Referencial Curricular Nacional de Educação /Indígena, além de novas normatizações no Conselho Nacional de Educação, além daqueles textos tornados possíveis a nível mais regional e local (propostas curriculares, leis orgânicas municipais e estaduais, etc).

Em arenas de âmbito mais federal ou estadual (enquanto instância estratégica para desencadear mudanças locais e específicas) e, em muitos dos casos, com forte determinação e intervenção de movimentos locais, intervimos como cidadãos e como parte de determinados setores da sociedade, (incidindo na historia no sentido apontado não pela ideal de nosso sonho socialista do anos 60, mas pelas possibilidades “emancipatórias” e “libertárias” das atuais democracias em sua formulação do pluralismo e da equidade social)

Este conjunto de textos acima citados, e outros, tornaram-se importantes marcos legais deste final de século para as populações indígenas brasileiras, ecoando mudanças ocorridas em todo continente americano. São eles entendidos aqui como fruto do trabalho

social exercido por muitos de nós, dentro fora ou em parceria com o Estado, e de nossa pratica comunicativa de caráter científico e político, tendo como tema a questão indígena.

Formaram estes textos a matéria prima de um novo discurso jurídico-institucional por parte das instituições publicas, que pretende expressar e provocar consensos mínimos, sobre objetivos, metodologias, estratégias da EIB. (Consenso estes que são feitos e desfeitos no estabelecimento das praticas sociais e comunicativas entre os diversos atores sociais em seus múltiplos interesses, muitas vezes contraditórios e antagônicos.

No entanto, somos levados a constatar a permanência de um conjunto de problemas fundamentais que criam um panorama de dúvidas, negações, omissões e que vem redundando em uma espécie de *black out* na energia humana , ou na dispersão dos atores sociais- normalmente mobilizados para as ações de desencadear outras ações (políticas públicas) e/ou para a assessoria das escolas indígenas:

E é sobre algumas destas “ permanências “ ou cristalizações” de problemas relacionados a EIB que desenvolverei agora minhas considerações, ainda tateantes e iniciais, a fim de podermos pensar em aprofundar, mais adiante, sua análise e superação.

As instituições e as políticas públicas

Diria aqui que alguns destes problemas fundamentais e permanentes estão relacionados aos procedimentos instaurados para formular e desencadear o cotidiano das políticas públicas no país, e a natureza das instituições responsáveis por estes processos, caracterizadas por seus frágeis mecanismos de comunicação e consulta, de maneira geral desconectados e de costas para as ações locais realizadas pelas organizações e comunidades indígenas.

Por outro lado, na outra ponta da corda bamba, há que se reconhecer em nós mesmos uma cota alta de responsabilidade na geração de uma outra ordem de problemas, localizáveis na nossa condição ambígua de intelectuais e indigenistas, e num certo dilema estabelecido entre a teoria e a prática, além da fragmentação e do corporativismo particular das próprias instituições formadoras de nossa pratica profissional- universidades, ongs. Deste conjunto de elementos tem resultado uma série de ações desarticuladas entre si, desperdiçando-se o potencial transformador de muitas de nossas iniciativas isoladas. Ou seja, muito simplesmente me refiro à nossa dificuldade de realizarmos articulações estratégicas e numa perspectiva mais orgânica como intelectuais e atores sociais, saindo da esfera local ou da dimensão disciplinar/acadêmica, para sermos formuladores e executores de políticas públicas a nível mais estratégico e global.

Em outras palavras, temos sido protagonistas e cúmplices de um certo estado de desmobilização da sociedade organizada em relação a atual política do Estado brasileiro- assistindo ao longe e de camarote a atual atuação solitária do órgão federal (separado agora do que tinha de mais avançado e democrático, o seu Comitê Nacional, totalmente desarticulado e silenciado), restringindo nossa participação aos serviços técnicos prestados pelos profissionais que somos, “sob encomenda” das instituições.

As práticas pedagógicas da EIB

Também é fato a permanência de um conjunto de problemas de EIB na historia cotidiana das escolas indígenas, cuja realidade, se analisada criticamente após quase 20 anos

de nossa assessoria, tende a puxar na direção “contrária” de esforços pedagógicos e políticos por nós realizados. Tais problemas estão relacionados à dimensão técnica e política da educação, resumíveis no permanente desafio de construção étnica da escola indígena, o desenho de conteúdos curriculares e metodologias de EIB, as difíceis lutas diglósicas entre a manutenção e revitalização lingüística em seu permanente conflito com a tendência de perda e deslocamento constante das línguas indígenas em favor do português, o atrito entre os modelos sedimentados de formação de professores e os processos “experimentais” na nova escola indígena, enfim o reconhecimento de nossa deficiência comunicativa que dificulta encontrarmos elementos comuns e generalizáveis para a implementação e avaliação da escola indígena

No meio de nossa luta local pela criação da EIB e o esforço “inovativo” realizado por nós como intelectuais e assessores nos cursos de formação de professores, observarmos, meio atônitos, e de forma intensificada nos últimos anos pós-LDB a intervenção “reprodutivista” do sistema educacional sobre as escolas, com forte poder de legitimação de seus atos e naturalização de seus pontos de vista como “oficiais e verdadeiros”. É comum hoje, frente à fragilidade das propostas alternativas por nós desenvolvidas, o esvaziamento da força motivadora destas em relação aos povos indígenas. Estão em jogo uma proposta ideológica de conteúdo étnico e identitário, baseada no princípio das aprendizagens significativas, e as propostas oferecidas pelas instituições públicas para o magistério rural e para o ensino fundamental, dentro dos novos parâmetros de convivência pluricultural, de responsabilidade das Secretarias estaduais e municipais, com grande poder de atração por parte das comunidades indígenas- cursos curtos de magistério, os contratos dos professores municipais regidos por laços de clientelismo, etc

Concluindo- vejo com apreensão que é hora de retomarmos, por um lado, as rédeas de uma ação social e política com visão de Estado, interagindo o nível regional e nacional de nossa atuação, revertendo um certo estado de ressaca, aposentadoria, negligência de grande parte de nós, no sentido de tocarmos ações coordenadas de política pública, e, ao mesmo tempo, encaramos de frente questões de ordem mais “etnográficas locais”, relacionadas à invenção cotidiana da EIB, especialmente no âmbito da formação dos professores indígenas, arena principal de nosso trabalho como “intelectuais, educadores e cidadãos”.

Falta-nos ainda, em ambos os casos, estabelecermos uma rede de ação e, especialmente, de intercomunicação, possibilitando a retomada e a recriação de nossas práticas sociais de EIB, tanto para aprimorar nossa capacidade de intervenção política nacional, estadual municipal, quanto para apoiar tecnicamente os diversos projetos educacionais indígenas, compartilhando nossas práticas a partir de determinados parâmetros comuns, estabelecendo consensos sobre o desenvolvimento curricular dos cursos de formação e avançando sobre temas ainda não abordados no Brasil, como são, por exemplo, a sociolingüística educacional e a avaliação.